



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 24/22		
Objeto	Aquisição e instalação de câmeras, incluindo treinamento técnico-operacional e garantia de funcionamento pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, e aquisição de equipamentos para infraestrutura de circuito fechado de televisão, tais como conversores de mídia, distribuidores ópticos, cordões de manobra, cabos de fibra ótica, terminadores óptico e monitores de vídeo.	
SRP? Não	Valor Total Estimado: Será divulgado após o encerramento do envio de lances.	
<u>Data de divulgação do Edital: 17/3/2022</u>		
<ul style="list-style-type: none">➤ Divulgação do Pregão, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União, no “Jornal Correio Braziliense”, editados em Brasília-DF e nos sítios eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br e www.camara.leg.br.➤ Início do prazo para anexação ao sistema eletrônico da proposta e dos documentos de habilitação.		
Data de abertura: 30/3/2022 às 10h no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br UASG: 10001		
Licitação Exclusiva ME/EPP? Não		Há Itens Exclusivos ME/EPP e/ou Reserva de cota ME/EPP? Sim
Decreto 7.174/10? Não		
Vistoria? Não se aplica	Amostra/Protótipo/Demonstração/Prova de Conceito? Sim <i>Amostra - Veja Título 4 do Anexo n. 1.</i>	Arquivos disponibilizados com o Edital? Sim Modelo da Proposta - <i>Veja Anexo n. 3.</i> Projeto – <i>Veja Título 6 do Anexo n. 1</i>
Pedidos de esclarecimentos e Impugnação Até as 18h30 do dia 25/3/2022 exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br		
Informações Adicionais		
Telefones: (61) 3216-4906 e 3216-4907. E-mail: cpl.dg@camara.leg.br	Endereço: Câmara dos Deputados Comissão Permanente de Licitação Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação Edifício Anexo I, 14º andar, sala 1406. Praça dos Três Poderes Brasília – DF. CEP: 70160-900.	
Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Câmara dos Deputados: 00.530.352/0001-59.		
Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.		
Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).		
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.		
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Câmara dos Deputados pelo endereço www.gov.br/compras/pt-br selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “10001” . O Edital está disponível para download nos endereços www.gov.br/compras/pt-br e www.camara.leg.br (Transparência>Licitações e Contratos>Editais>Pregão Eletrônico).		





ÍNDICE DO EDITAL

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO.....	3
2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO	3
3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DA ABERTURA DA SESSÃO	7
6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
7. DA FASE COMPETITIVA.....	8
8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE	9
9. DA NEGOCIAÇÃO	10
10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	11
11. DA HABILITAÇÃO.....	12
12. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO	13
13. DO ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO NÃO DIGITAL	14
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	14
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15
16. DO FORO.....	17
ANEXO N. 1 - TERMO DE REFERÊNCIA	18
ANEXO N. 2 - DA CONTRATAÇÃO.....	36
ANEXO N. 3 - MODELO DA PROPOSTA COMPLETA	37
ANEXO N. 4 - ORÇAMENTO ESTIMADO	42
ANEXO N. 5 - MINUTA DO CONTRATO (Grupo 1 do objeto).....	43
ANEXO N. 6 - MINUTA DO CONTRATO (Demais itens do objeto)	59
ANEXO N. 7 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	66





A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara dos Deputados, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado, e tendo em vista o que consta do Processo n. 252.638/2018, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

O Pregão, do tipo "MENOR PREÇO", com fornecimento integral, reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos; pela Lei n. 10.520, de 2002; pelo Decreto n. 10.024, de 2019; pela Portaria n. 1 de 2003, da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados; pela Lei Complementar n. 123, de 2006; pelo REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, doravante designado como "REGULAMENTO", aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7 de junho de 2001, e publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2001 e pela Lei n. 8.666, de 1993, no que couber.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente PREGÃO é a **aquisição e instalação de câmeras, incluindo treinamento técnico-operacional e garantia de funcionamento pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, e aquisição de equipamentos para infraestrutura de circuito fechado de televisão, tais como conversores de mídia, distribuidores ópticos, cordões de manobra, cabos de fibra ótica, terminadores óptico e monitores de vídeo**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas neste Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (Comprasnet) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Edital deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br.

2.1.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

2.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a Câmara dos Deputados.

2.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do envio da petição ao Pregoeiro, exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br.

2.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de seu recebimento.

2.2.2. As respostas às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico.





2.3. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e no sistema eletrônico provido pelo Ministério da Economia, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

3.1.1. Com relação ao Grupo 3 e aos Itens 13 a 15, 17, 18, 20 a 23 do objeto da licitação, poderão participar **exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte**.

3.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.

3.1.3. Caberá à licitante responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara dos Deputados por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

- a) empresário ou sociedade empresarial suspensos temporariamente de participar de licitação e impedidos de contratar com a Câmara dos Deputados, conforme artigo 87, inciso III da Lei n. 8.666, de 1993, e artigo 135, inciso III do REGULAMENTO, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário ou sociedade empresarial impedidos de licitar e contratar com a União, conforme artigo 7º da Lei n. 10.520, de 2002, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) empresário ou sociedade empresarial declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- d) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) empresário ou sociedade empresarial que se encontrem em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

- g) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- h) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- i) servidor ou parlamentar da Câmara dos Deputados.

3.2.1. A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Após a divulgação do Edital, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Título**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública do Pregão.

4.1.1. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.1.2. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que até a data de cadastramento eletrônico da proposta, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.1.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

4.1.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que a proposta apresentada para a presente licitação foi elaborada de maneira independente.

4.1.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.2. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública do Pregão.





4.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.4. O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico deverá(ão) incluir todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega e instalação do objeto, incluindo a realização de treinamento técnico-operacional e garantia de funcionamento para o Grupo 1 do objeto, para a Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

4.4.1. O **Grupo 3 e os Itens 13 a 15, 17, 18, 20 a 23** do objeto da licitação são destinados **exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.**

4.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.6. O CNPJ da licitante utilizado para cadastramento de sua proposta e dos documentos de habilitação deverá ser o mesmo constante da documentação apresentada ao Ministério da Economia para registro no Sicaf.

Da Apresentação da Proposta (observar o disposto no Título 10 deste Edital)

4.7. A licitante deverá anexar ao sistema eletrônico a proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo n. 3, no prazo fixado no item 4.1 deste Título.

4.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.7.2. Deverão integrar a proposta as seguintes declarações:

- a) declaração da licitante de que os equipamentos ofertados, caso necessário, receberão atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante;
- b) declaração da licitante de que disponibilizará equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação;
- c) declaração da licitante de que informará os preços unitários dos equipamentos, das peças e dos demais componentes que integram o objeto da licitação sempre que solicitado pela Câmara dos Deputados, para fins de registro patrimonial;
- d) declaração da licitante de que será responsável pelo descarte ambientalmente responsável de qualquer resíduo referente ao material objeto desta licitação – incluindo consumíveis, peças usadas, embalagens – e de que tem conhecimento da legislação ambiental sobre o descarte de materiais, em especial a Lei n. 9.605, de 1998 e a Lei n. 12.305, de 2010, além da NBR 10.004.

4.7.3. A licitante deverá, ainda, anexar ao sistema eletrônico, juntamente com a proposta, Certificado de Homologação da Anatel para os Itens 14 a 17 do objeto.

Dos documentos de Habilitação (observar o disposto no Título 11 deste Edital)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

4.8. A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverá anexar ao sistema eletrônico, no prazo fixado no item 4.1 deste Título, documentos que supram tais exigências.

4.8.1. A licitante deverá, ainda, anexar ao sistema eletrônico, no prazo fixado no item 4.1 deste Título, a seguinte documentação:

- a) declaração do Sicaf referente à habilitação do fornecedor (situação);
- b) os documentos que não estejam contemplados no Sicaf;
- c) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da **Sede** da licitante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias, se a validade não estiver expressa na certidão.
 - c.1) as empresas que estejam em recuperação judicial ou em recuperação extrajudicial deverão apresentar a documentação exigida no subitem 3.2.1 do Título 3 deste Edital.

4.8.1.1. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf.

4.8.1.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão anexar ao sistema eletrônico a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006.

4.9. A licitante que não anexar ao sistema eletrônico a documentação exigida neste Título terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, ressalvado o disposto no item 11.2 do Título 11 deste Edital.

4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, caso solicitados pelo Pregoeiro, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada após o encerramento do envio de lances, na forma do disposto no item 9.3 do Título 9 deste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados na primeira página deste Edital.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.1.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema e poderá ser acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.
- 6.2. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.3. Para o objeto da licitação organizado em grupos, a proposta que não contemplar todos os itens do grupo disputado pela licitante será desclassificada.
- 6.4. O sistema eletrônico selecionará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.
- 6.5. Somente as licitantes com propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.
- 6.6. O critério a ser utilizado para a classificação das propostas será o de **menor preço total para o grupo, quando subdividido em itens, ou para o item, quando sem subdivisão**, observado, em qualquer caso, o disposto no item 10.2 do Título 10 deste Edital.

7. DA FASE COMPETITIVA

- 7.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.2. A licitante será imediatamente informada do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública de lances e as regras estabelecidas neste Título.
- 7.4. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.6. Durante a sessão pública de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 7.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.





7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

7.8. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes deste Edital.

7.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.10. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

Do Modo de Disputa

7.11. Para o presente Pregão, será adotado para o envio de lances o **Modo de Disputa Aberto**: as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento definido neste Edital.

7.11.1. A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública de lances.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o subitem anterior será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.11.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública de lances será encerrada automaticamente.

7.11.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema eletrônico, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 0,5% (cinco décimos por cento), e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, após a etapa de envio de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico,





apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste Edital, ser considerada vencedora.

8.1.2. Não tendo sido considerada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista neste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema eletrônico fará um sorteio, definindo automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme artigo 45, inciso III da Lei Complementar n. 123, de 2006.

8.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

8.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.6. Em não se confirmando a condição de vencedora à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o estabelecido no artigo 3º, § 2º da Lei n. 8.666, de 1993.

8.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.3. Finalizada a negociação, a licitante deverá enviar a proposta e, se necessário, os documentos complementares solicitados, adequada ao último lance ofertado após a negociação, via sistema eletrônico, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas, contado da solicitação por meio do sistema eletrônico.

9.3.1. Caso o Pregoeiro interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta ajustada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.





9.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e/ou a documentação solicitada, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado, por meio da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante, conforme o disposto no Título 4 deste Edital.

10.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, sendo ainda desclassificada a proposta que consignar preços excessivos, manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

10.2.1. Entende-se por preço excessivo aquele que, após a fase de lances ou negociação, extrapolar os valores unitários apresentados no orçamento estimado.

10.3. Na forma de documentação complementar, o Pregoeiro poderá solicitar catálogos ou informações do fabricante que comprovem a perfeita adequação do objeto ofertado às exigências editalícias.

10.3.1. A indicação do endereço do sítio eletrônico do fabricante referente à documentação técnica apresentada poderá ser aceita, como alternativa, para fins de averiguação das especificações do objeto, desde que o link indicado direcione especificamente para o produto ofertado, sendo vedado link que forneça apenas a página inicial do sítio eletrônico do fabricante.

10.4. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, à documentação a que se refere o subitem 4.7.3 do Título 4 deste Edital e, caso solicitado pelo Pregoeiro, aos documentos complementares encaminhados conforme o disposto no item 4.10 do Título 4 deste Edital e às amostras apresentadas.

10.5. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara dos Deputados ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.

10.6. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela licitante, após solicitação e/ou consentimento do Pregoeiro, desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.

10.7. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o Pregoeiro anunciará o resultado do julgamento da proposta, realizado com base no critério estabelecido no Título 6 deste Edital.

10.8. No caso de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9. A proposta terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.





10.9.1. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, fica a licitante liberada do compromisso assumido.

10.10. Para itens com cota reservada para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

10.11. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

10.12. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do Sicaf (habilitação parcial), nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante, conforme o disposto no Título 4 deste Edital.

11.2. A verificação pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para verificar as condições de habilitação da licitante.

11.3. Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.

11.3.1. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço da Comissão citado na página 1.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, que deverá ser o mesmo utilizado para cadastramento de sua proposta.

11.4.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.4.2. Caso haja a participação de empresas estrangeiras, todos os documentos exigidos em equivalência com os apresentados por empresas nacionais, estando em língua estrangeira, poderão ser entregues, desde que acompanhados de tradução livre.

11.4.2.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser estrangeira, para fins de assinatura do contrato, os documentos de que trata este subitem serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 2016 ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo





de 5 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5.1. Poderá ser concedida prorrogação do prazo previsto neste item 11.5, por igual período, a critério da Câmara dos Deputados, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.5.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.6. O Pregoeiro verificará, durante a fase de habilitação das empresas, além da habitual pesquisa já realizada no Sicafe, a existência de registros impeditivos da contratação:

- a) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);
- b) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- c) por composição societária das empresas a serem contratadas, mediante pesquisa no Sicafe, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao artigo 9º, inciso III da Lei n. 8.666, de 1993.

11.7. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o Pregoeiro declarará a licitante inabilitada e convocará a autora do melhor preço subsequente, dentre as licitantes classificadas, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da licitante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.

12. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer, de modo objetivo e conciso.

12.1.1. O Pregoeiro estabelecerá o prazo para manifestação pela intenção de interpor recurso, que não será inferior a 30 (trinta) minutos.

12.1.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias, em campo próprio do sistema eletrônico.





12.3. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste Título, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

12.6. Caso não reconsidere sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração do Diretor-Geral para fins de decisão quanto ao recurso e à adjudicação do objeto.

12.7. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto.

12.8. O Pregoeiro encaminhará o processo devidamente instruído à Diretoria-Geral e proporá a homologação do procedimento licitatório.

12.9. Caberá à Diretoria-Geral homologar o resultado da licitação.

13. DO ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO NÃO DIGITAL

13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.2. Os originais ou as cópias autenticadas eventualmente solicitados deverão ser enviados à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Câmara dos Deputados, localizada no endereço da Comissão citado na página 1, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.2. As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

14.3. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da Contratada de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

14.4. Ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:





- a) não assinar o Contrato;
- b) não entregar a documentação exigida neste Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas e
- j) cometer fraude fiscal.

14.4.1. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

14.5. Caso a Adjudicatária não assine o Contrato no prazo estipulado neste Edital, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.

14.5.1. Ocorrendo a hipótese referida neste item, a Câmara dos Deputados anulará a Nota de Empenho e aplicará à Adjudicatária multa de 10% (dez por cento) do valor total da adjudicação, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar o impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.6. Demais sanções administrativas estão previstas no Anexo n. 5 (Minuta do Contrato).

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação; e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

15.1.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15.1.2. No caso de desfazimento do procedimento licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, vedada a inclusão posterior de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou de seus anexos.

15.3. Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação.

15.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.5. Os prazos referidos neste Edital e em seus Anexos começam a fluir a partir do termo inicial preestabelecido, ou da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados.

15.5.1. Consideram-se feitas as intimações, convocações ou comunicações às participantes, conforme o caso:

- a) na própria sessão pública do Pregão Eletrônico;
- b) pela publicação dos atos no Diário Oficial da União;
- c) por carta;
- d) ou, quando cabível, por meio de mensagem apresentada no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

15.5.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados.

15.5.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.6. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

15.7. Durante a execução contratual, sendo a Contratada objeto de fusão, incorporação ou cisão, a Câmara dos Deputados examinará a conveniência de manter em vigência o Contrato celebrado.

15.7.1. A manutenção da vigência contratual dependerá, em qualquer caso, do atendimento pela nova sociedade empresária das condições de habilitação consignadas neste Edital e de não serem alteradas as condições de execução do Contrato.

15.8. Os documentos constantes do processo de licitação, incluindo este Edital e seus Anexos, poderão ser consultados na Comissão Permanente de Licitação, no endereço citado na página 1, facultada a obtenção de cópias mediante o recolhimento da importância devida em favor do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) Simples.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

15.8.1. A interessada deverá solicitar à Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação a informação da importância a ser recolhida na GRU Simples, por meio dos números de telefones informados à página 1.

15.8.2. A GRU Simples deverá ser gerada mediante acesso ao portal SIAFI no endereço www.stn.fazenda.gov.br e preenchida com os seguintes campos:

- a) Unidade Favorecida (Código): 010090, Gestão: 00001;
- b) Recolhimento (Código): 28830-6;
- c) Número de Referência: 422.

15.8.3. O recolhimento deverá ser feito no Banco do Brasil, nos terminais de autoatendimento ou na página da Internet, ambos por meio da opção "pagamentos c/ código de barras – Água/Luz/Telefone/Gás", ou diretamente no caixa, por meio da GRU Simples gerada.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro





ANEXO N. 1
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição tem como objetivo finalizar a migração do sistema analógico para o digital e ampliar a vigilância eletrônica das áreas ainda desprovidas de monitoramento no complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO 1 (Itens 1 a 6) CÂMERAS E TREINAMENTO

ITEM 1 CÂMERA IP PTZ SPEED DOME DE USO EXTERNO

MARCA/MODELO: PELCO/SPECTRA ENHANCED 7 LOW LIGHT S7230L-EW1

CARACTERÍSTICA(S):

- sensor de imagem de no mínimo 2,0 megapixels, com tamanho de 1/2,8 de polegada ou superior;
- alta definição de imagem, com progressive scan, resolução de vídeo de até (no mínimo) 1920 x 1080 a 60 imagens por segundo;
- WDR (Wide Dynamic Range) de no mínimo 130 dB, com compensação automática de luz de fundo;
- sensibilidade à luz de 0,03 lux em 30 ips em cores e 0,004 lux em 30 ips em preto e branco, ou melhor;
- lente varifocal com faixa de ângulo de visão horizontal de no mínimo 4° a 59°, medida na resolução de 1920 x 1080;
- protocolo de compressão de vídeo H.264 e MJPEG, com suporte a pelo menos dois fluxos de vídeos diferentes simultâneos;
- flexibilidade de escolha de resolução (ao menos três opções: FullHD, HD, SD) e taxa de quadros (ao menos dez opções, de 1 a 60 ips, inclusive);
- interface de rede Ethernet RJ-45 com velocidade mínima de 10/100 Mbps Full Duplex;
- suporte aos protocolos TCP/IP, UDP/IP, IPv4, IPv6, SNMP, HTTP, HTTPS, SSL, SSH, SMTP, FTP, RTSP, UPnP, DNS, NTP, RTP, QoS;
- suporte a multicast em H.264;
- suporte às APIs Pelco, ONVIF Perfil S, ONVIF Perfil G e ONVIF Perfil T;
- configuração manual de endereço IP, máscara de rede, gateway e DNS, ou via um servidor DHCP;
- página web para acesso direto à câmera e visualização das imagens em tempo real por meio de rede IP, mediante senha;
- configuração e gerenciamento remotos através de servidor HTTPS, protegido por senha, com interface e comandos de configuração em português ou inglês;
- o sistema operacional (firmware) da câmera deve estar em sua última versão estável;
- compatibilidade plena com sistema de monitoramento de vídeo Pelco Endura 2.0 (configuração, operação e armazenamento de imagens em rede);





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

- análise de vídeo para objetos abandonados, tracking automático, detecção de movimento adaptativa e direcional, loitering, sabotagem da câmera, contagem e remoção de objetos, veículos parados, com possibilidade de definição de janelas de interesse ou de exclusão;
- armazenamento interno ("Edge Storage") de no mínimo 32 GB em slot Micro SD, com gravação de imagens baseada em movimento e em perda de conexão de rede ao armazenamento centralizado;
- encapsulamento do tipo Dome, transparente, resistente, com grau de proteção IP66, para uso externo com montagem tipo pendante;
- PTZ (Pan, Tilt & Zoom remotos), pan de 360° contínuo, tilt de 90°, zoom óptico de 20x ou superior, preset com precisão de 0,1°, velocidade de pan/tilt automáticos de 450°/s, velocidade de pan manual de 0,1° a 80°/s ou superior, velocidade de tilt manual de 0,1° a 45°/s ou superior, alimentação por PoE (PoE IEEE 802.3af/802.3at/802.3bt) e alimentação alternativa de 24 VAC;
- faixa de temperatura de operação de no mínimo 0 a 50°C.

ACESSÓRIO(S):

- kit original do fabricante (parafusos, abraçadeiras, clips, suportes, etc.), com suporte para montagem tipo pendante Pelco IWM na mesma cor;
- cartão de memória Micro SDHC ou superior de 32 GB instalado.

GARANTIA MÍNIMA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica (contendo todos os manuais técnicos e CDs originais do fabricante e ainda as instruções para instalação, configuração, operação e gerenciamento), com identificação do material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 13

ITEM 2 CÂMERA IP BULLET EXTERNA DE 3MP

MARCA/MODELO: PELCO/NEXT GENERATION SARIX IBE SERIES ENVIRONMENTAL BULLET IBE338-1ER

CARACTERÍSTICA(S):

- câmera IP tipo bullet com resolução de 3 MPx; suporte à resolução de 1080p@30fps (Full HD);
- sensor CMOS de 1/2.8" ou maior, com escaneamento progressivo;
- lente fixa de 3 a 8 mm (ângulo de visualização horizontal de 65° ou maior);
- para uso externo, com grau de proteção IP66 e parassol;
- interface de rede Ethernet 100Base-TX RJ45;
- duplo stream de vídeo;
- codificação de imagem H.264 e MJPEG;
- funções WDR (Wide Dynamic Range), AWB (Automatic White Balance), BLC (Backlight Compensation) e AGC (Automatic Gain Control);
- sensibilidade mínima de 0,1 lux em colorido (sem IR);
- função dia e noite com ICR (IR Cut Filter Removal);
- iluminação auxiliar por infravermelho com alcance de 30m;
- controle automático (inteligente) de infravermelho para evitar saturação ou insuficiência de brilho em imagens no escuro;
- suporte a detecção de movimento (ao menos 4 áreas);





- o sistema operacional (firmware) da câmera deve estar em sua última versão estável;
- compatibilidade plena com sistema de monitoramento de vídeo Pelco Endura 2.0 (configuração, operação e armazenamento de imagens em rede);
- suporte a ONVIF;
- suporte aos protocolos DHCP, UPnP, NTP, DNS, ICMP, HTTPS;
- suporte a QoS e Multicast (IGMP);
- interface web, com proteção por senha, para monitoramento, configuração, logs e atualização de firmware;
- alimentação por PoE 802.3af e IEEE 802.3at, 12 VDC e 24 VAC;
- temperatura de operação de 0 a 50°C;
- encapsulamento em cor branca ou cinza.

ACESSÓRIO(S):

- kit original do fabricante (parafusos, abraçadeiras, clips, suportes, etc.);
- suporte/adaptador adequado para instalação em superfície rígida (sob laje e em parede de alvenaria);
- cartão de memória Micro SDHC ou superior de 32 GB instalado.

GARANTIA MÍNIMA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica (contendo todos os manuais técnicos e CDs originais do fabricante e ainda as instruções para instalação, configuração, operação e gerenciamento), com identificação do material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 127

ITEM 3 CÂMERA IP 360 GRAUS DE USO EXTERNO

MARCA/MODELO: PELCO/OPTERA IMM SERIES WITH SUREVISION 2.0 IMM12036-1EP

CARACTERÍSTICA(S):

- sensor de imagem de no mínimo 12 megapixels, com tamanho de 1/2,8 de polegada ou superior;
- alta definição de imagem, com progressive scan, resolução máxima de vídeo 2048 x 1536 a 30fps;
- WDR (Wide Dynamic Range) de no mínimo 120 dB, com compensação automática de luz de fundo;
- sensibilidade à luz de 0,3 lux em 30 ips em cores e 0,2 lux em 30 ips em preto e branco, ou melhor; protocolo de compressão de vídeo H.264 e MJPEG, com suporte a pelo menos dois fluxos de vídeos diferentes simultâneos;
- flexibilidade de escolha de resolução (ao menos três opções: FullHD, HD, SD) e taxa de quadros (ao menos dez opções, de 1 a 60 ips, inclusive);
- interface de rede Ethernet RJ-45 padrão 1000Base-T Full Duplex;
- suporte aos protocolos TCP/IP, UDP/IP, IPv4, IPv6, SNMP, HTTP, HTTPS, SSL, SSH, SMTP, FTP, RTSP, UPnP, DNS, NTP, RTP, QoS;
- suporte a multicast em H.264; suporte às APIs Pelco, ONVIF Perfil S e ONVIF Perfil G;
- configuração manual de endereço IP, máscara de rede, gateway e DNS, ou via um servidor DHCP;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

- página web para acesso direto à câmera e visualização das imagens em tempo real por meio de rede IP, mediante senha;
- configuração e gerenciamento remotos através de servidor HTTPS, protegido por senha, com interface e comandos de configuração em português ou inglês;
- o sistema operacional (firmware) da câmera deve estar em sua última versão estável;
- compatibilidade plena com sistema de monitoramento de vídeo Pelco Endura 2.0 (configuração, operação e armazenamento de imagens em rede);
- armazenamento interno ("Edge Storage") de no mínimo 32 GB em slot Micro SD, com gravação de imagens baseada em movimento e em perda de conexão de rede ao armazenamento centralizado;
- encapsulamento com grau de proteção IP66;
- campo de visão horizontal de 360 graus;
- campo de visão vertical de 73 graus;
- alimentação por PoE (PoE IEEE 802.3af/802.3at);
- faixa de temperatura de operação de no mínimo 0 a 50°C.

ACESSÓRIO(S):

- kit original do fabricante (parafusos, abraçadeiras, clips, suportes, etc.), com suporte para montagem tipo pendante Pelco IWM na mesma cor;
- cartão de memória Micro SDHC ou superior de 32 GB instalado.

GARANTIA MÍNIMA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica (contendo todos os manuais técnicos e CDs originais do fabricante e ainda as instruções para instalação, configuração, operação e gerenciamento), com identificação do material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 3

ITEM 4 CÂMERA IP MINIDOME INTERNA DE 3MP

MARCA/MODELO: PELCO/SARIX ENHANCED INDOOR DOME IME338-1IRS

CARACTERÍSTICA(S):

- câmera IP tipo minidome com resolução de 3 MP;
- suporte à resolução de 1080p@30fps (Full HD);
- sensor CMOS de 1/2.8" ou maior, com escaneamento progressivo;
- lente varifocal de 3 a 8 mm (ângulo de visualização horizontal de 80o ou maior);
- interface de rede Ethernet 100Base-TX RJ45; duplo stream de vídeo;
- codificação de imagem H.264;
- função WDR (Wide Dynamic Range);
- sensibilidade mínima de 0,1 lux em colorido (sem IR);
- suporte a detecção de movimento (ao menos 4 áreas);
- compatibilidade plena com sistema de monitoramento de vídeo Pelco Endura 2.0 (configuração, operação e armazenamento de imagens em rede);
- suporte a ONVIF;
- suporte aos protocolos DHCP, UPnP, NTP, DNS, ICMP, HTTPS;
- suporte a QoS e Multicast (IGMP);
- interface web, com proteção por senha, para monitoramento, configuração, logs e atualização de firmware;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

- alimentação por PoE 802.3af e IEEE 802.3at, 12 VDC e 24 VAC;
- temperatura de operação de 0 a 50°C.

ACESSÓRIO(S):

- kit original do fabricante (parafusos, abraçadeiras, clips, suportes, etc.), com suporte para montagem tipo pendante Pelco IWM na mesma cor;
- cartão de memória Micro SDHC ou superior de 32 GB instalado.

GARANTIA MÍNIMA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica (contendo todos os manuais técnicos e CDs originais do fabricante e ainda as instruções para instalação, configuração, operação e gerenciamento), com identificação do material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 64

ITEM 5 CÂMERA IP FISHEYE INTERNA DE 5MP

MARCA/MODELO: PELCO/EVO-05LID

CARACTERÍSTICA(S):

- câmera IP tipo Fisheye com resolução de 5 MP;
- suporte à resolução de 1080p@30fps (Full HD);
- sensor CMOS de 1/2.5" ou maior, com escaneamento progressivo;
- lente com ângulo de visualização horizontal de 180º ou maior;
- interface de rede Ethernet 100Base-TX RJ45; duplo stream de vídeo;
- codificação de imagem H.264 e MJPEG;
- função WDR (Wide Dynamic Range);
- sensibilidade mínima de 0,2 lux em colorido;
- suporte a detecção de movimento (ao menos 4 áreas);
- compatibilidade plena com sistema de monitoramento de vídeo Pelco Endura 2.0 (configuração, operação e armazenamento de imagens em rede);
- suporte a ONVIF;
- suporte aos protocolos DHCP, UPnP, NTP, DNS, HTTP;
- interface web, com proteção por senha, para monitoramento, configuração, logs e atualização de firmware;
- alimentação por PoE 802.3af;
- temperatura de operação de 0 a 40°C.

ACESSÓRIO(S):

- kit original do fabricante (parafusos, abraçadeiras, clips, suportes, etc.), com suporte para montagem tipo pendante Pelco IWM na mesma cor;
- cartão de memória Micro SDHC ou superior de 32 GB instalado.

GARANTIA MÍNIMA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica (contendo todos os manuais técnicos e CDs originais do fabricante e ainda as instruções para instalação, configuração, operação e gerenciamento), com identificação do material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 3





ITEM 6 TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL PARA EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO

DESCRIÇÃO: a Contratada deverá ministrar treinamento técnico e operacional, nas dependências da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF conforme detalhado no Título 6 do Anexo n. 5 (Minuta do Contrato).

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

GRUPO 2 (Itens 7 e 8) CONVERSOR DE MÍDIA CHASSI E BASTIDOR

ITEM 7 CONVERSOR DE MÍDIA PARA CHASSI

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: PLANET/GT-905A, ALLIED/AT-MMC2000/LC-xx, PERLE/S-1000

APLICAÇÃO: para sistemas de telecomunicações

CARACTERÍSTICA(S):

- conversor Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-T para 1000Base-SX ou 1000Base-TX para 1000Base-SX;
- porta RJ-45 (Auto-MDI/MDI-X) de par trançado;
- porta óptica LC multimodo;
- comprimento de onda de 850 nm;
- com indicadores de led para estado ligado e de atividade das portas metálica e óptica;
- para uso em chassi para conversores de mídia;
- deve ser alimentado via fonte de alimentação do chassi para conversores de mídia;
- tensão de operação: 5 a 12VDC;
- caso o produto ofertado tenha uma entrada SFP para a conexão óptica, o módulo SFP/GBIC correspondente deve ser fornecido em conjunto.

ACESSÓRIO(S):

- cordão óptico multimodo duplex OM2 ou superior, constituído por um par de fibras ópticas 50/125 micrômetros, com conector LC numa ponta e conector compatível com a porta do conversor de mídia fornecido;
- deve possuir polimento PC ou SPC/UPC, classe III;
- deve possuir classe de flamabilidade COG ou superior;
- que atenda às especificações das normas NBR 14565 e ANSI/TIA-568-C.3 e seus adendos;
- com 2,5 m de comprimento, com tolerância de 15 cm;
- cor amarelo ou laranja.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 143

ITEM 8 BASTIDOR COM CONVERSORES DE MÍDIA

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: PLANET/MC-1500, PERLE/MCR1900, ALLIED/CV5001.





DESCRIÇÃO: bastidor para instalação dos conversores de mídia para operação interna, conforme abaixo:

- para instalação em rack padrão de 19”;
- vir com todos os acessórios necessários para instalação e fixação em rack padrão de 19”;
- suportar, no mínimo, 15 conversores de mídia (15 slots) para operação interna;
- deverá ser produto de catálogo, disponível para aquisição pelo público em geral, sem adaptações ou adequações que visem a modificar o produto original para atendimento dos requisitos aqui apresentados;
- ser da mesma marca que o conversor de mídia para operação interna;
- fonte de alimentação redundante, interna ou externa, bivolt automática chaveada (110 V / 220 V) com PLUG, compatível com o padrão NBR 14136. Deve ter capacidade para atender ao número máximo de conversores de mídia que nele possam ser instalados.
- não serão exigidas as fontes de alimentação dos conversores cuja alimentação elétrica seja fornecida pelos bastidores.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 16

GRUPO 3 (Itens 9 a 11) DISTRIBUIDORES ÓPTICOS

ITEM 9 DISTRIBUIDOR ÓPTICO 12 FIBRAS

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

CARACTERÍSTICA(S):

- distribuidor interno óptico com capacidade para 12 fibras ópticas;
- para instalação em rack padrão de 19”, com altura de 1U;
- com bandeja de emenda responsável por acomodar e proteger as emendas ópticas e o excesso de fibra;
- a bandeja deve ser deslizante para acesso frontal às fibras;
- a bandeja deve possuir capacidade para 12 emendas ópticas;
- com entradas laterais e traseiras para os cabos de fibra óptica;
- deve ser fornecido com as extensões ópticas Multimodo (MM) conectorizadas e adaptadores tipo LC-Duplex/UPC;
- deve permitir sua fixação em rack através de porca gaiola;
- deve ser fornecido com todos acessórios auxiliares necessários à sua instalação como bandeja, 12 protetores termorretráteis, acopladores, braçadeiras e elementos de fixação;
- painel frontal articulável;
- pintura epóxi.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade de material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 4





ITEM 10 DISTRIBUIDOR ÓPTICO 24 FIBRAS

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

CARACTERÍSTICA(S):

- distribuidor interno óptico com capacidade para 24 fibras ópticas;
- para instalação em rack padrão de 19", com altura de 1U;
- com bandeja de emenda responsável por acomodar e proteger as emendas ópticas e o excesso de fibra;
- a bandeja deve ser deslizante para acesso frontal às fibras;
- a bandeja deve possuir capacidade para 24 emendas ópticas;
- com entradas laterais e traseiras para os cabos de fibra óptica;
- deve ser fornecido com as extensões ópticas multimodo (MM) conectorizadas e adaptadores tipo LC-Duplex/UPC;
- deve permitir sua fixação em rack através de porca gaiola;
- deve ser fornecido com todos acessórios auxiliares necessários à sua instalação como bandeja, 24 protetores termorretráteis, acopladores, braçadeiras e elementos de fixação;
- painel frontal articulável;
- pintura epóxi.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade de material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 4

ITEM 11 DISTRIBUIDOR ÓPTICO 48 FIBRAS

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

CARACTERÍSTICA(S):

- distribuidor interno óptico com capacidade para 48 fibras ópticas;
- para instalação em rack padrão de 19", com altura de 1U;
- com bandeja de emenda responsável por acomodar e proteger as emendas ópticas e o excesso de fibra;
- a bandeja deve ser deslizante para acesso frontal às fibras;
- a bandeja deve possuir capacidade para 48 emendas ópticas;
- com entradas laterais e traseiras para os cabos de fibra óptica;
- deve ser fornecido com as extensões ópticas Multimodo (MM) conectorizadas e adaptadores tipo LC-Duplex/UPC;
- deve permitir sua fixação em rack através de porca gaiola;
- deve ser fornecido com todos acessórios auxiliares necessários à sua instalação como bandeja, 48 protetores termorretráteis, acopladores, braçadeiras e elementos de fixação;
- painel frontal articulável;
- pintura epóxi.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade de material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 5





ITENS NÃO AGRUPADOS

ITEM 12 CONVERSOR DE MÍDIA PoE - PARTICIPAÇÃO ABERTA - VINCULADO AO ITEM 13

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: BLACK BOX/LGC5200A; ALLIED/AT-PC2000/LC-xx; PLANET IGTP-805AT IP30.

APLICAÇÃO: para sistemas de telecomunicações

CARACTERÍSTICA(S):

- conversor Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-T para 1000Base-SX com injeção Power over Ethernet (PoE) na porta 10/100/1000Base-T para alimentar equipamentos compatíveis com padrão IEEE 802.3at;
- PoE com potência máxima de 30W, operando no mode A;
- porta RJ-45 (Auto-MDI/MDI-X) de par trançado;
- porta óptica LC multimodo;
- comprimento de onda de 850 nm;
- com indicadores de led para estado ligado e de atividade das portas metálica e óptica;
- fonte de alimentação com entrada 100/240 V, 50/60 Hz;
- caso o produto ofertado tenha uma entrada SFP para a conexão óptica, o módulo SFP/GBIC correspondente deve ser fornecido em conjunto.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

ACESSÓRIO(S):

- cordão óptico multimodo duplex OM2 ou superior, constituído por um par de fibras ópticas 50/125 micrômetros, com conector LC numa ponta e conector compatível com a porta do conversor de mídia fornecido;
- deve possuir polimento PC ou SPC/UPC, classe III;
- deve possuir classe de flamabilidade COG ou superior;
- que atenda às especificações das normas NBR 14565 e ANSI/TIA-568-C.3 e seus adendos;
- com 2,5 m de comprimento, com tolerância de 15 cm;
- cor amarelo ou laranja.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 108

ITEM 13 CONVERSOR DE MÍDIA PoE - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - VINCULADO AO ITEM 12

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: BLACK BOX/LGC5200A; ALLIED/AT-PC2000/LC-xx; PLANET IGTP-805AT IP30.

APLICAÇÃO: para sistemas de telecomunicações

CARACTERÍSTICA(S):

- conversor Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-T para 1000Base-SX com injeção Power over Ethernet (PoE) na porta 10/100/1000Base-T para alimentar equipamentos compatíveis com padrão IEEE 802.3at;
- PoE com potência máxima de 30W, operando no mode A;
- porta RJ-45 (Auto-MDI/MDI-X) de par trançado;





- porta óptica LC multimodo;
- comprimento de onda de 850 nm;
- com indicadores de led para estado ligado e de atividade das portas metálica e óptica;
- fonte de alimentação com entrada 100/240 V, 50/60 Hz;
- caso o produto ofertado tenha uma entrada SFP para a conexão óptica, o módulo SFP/GBIC correspondente deve ser fornecido em conjunto.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

ACESSÓRIO(S):

- cordão óptico multimodo duplex OM2 ou superior, constituído por um par de fibras ópticas 50/125 micrômetros, com conector LC numa ponta e conector compatível com a porta do conversor de mídia fornecido;
- deve possuir polimento PC ou SPC/UPC, classe III;
- deve possuir classe de flamabilidade COG ou superior;
- que atenda às especificações das normas NBR 14565 e ANSI/TIA-568-C.3 e seus adendos;
- com 2,5 m de comprimento, com tolerância de 15 cm; cor amarelo ou laranja.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 35

ITEM 14 CORDÃO DE MANOBRA ("PATCH CORD") CATEGORIA 6 COM 1,5 M

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

CARACTERÍSTICA(S):

- "patch cord" metálico UTP categoria 6, confeccionado e testado em fábrica;
- diâmetro nominal de cada condutor entre 22 AWG e 24 AWG;
- atendimento às especificações das normas ABNT NBR 14565, ISO/IEC 11801 e ANSI/TIA-568-C.2 e seus adendos;
- com impedância característica de 100 ohms, com tolerância de mais ou menos 15%;
- deverá possuir classe de flamabilidade LSZH ("low smoke zero halogen");
- deverá ter conectores RJ-45 em ambas as pontas com 8 vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 micrômetros de níquel e de 1,27 micrômetro de ouro;
- deverá ser apresentado catálogo contendo o número do modelo do produto e os resultados de testes das principais características em transmissões de altas velocidades (valores típicos) de atenuação (dB/100 m), NEXT (dB) e perda de retorno - RL (dB) para frequências na faixa de 100 MHz a 250 MHz;
- padrão de montagem T568-A;
- na capa externa do cabo deverão constar, no mínimo, as seguintes informações impressas: marca, categoria, certificado Anatel e indicativo da classe de flamabilidade.

MATERIAL(IS): corpo do conector em termoplástico transparente não propagante à chama UL94V-0.

MEDIDA(S): 1,5 m de comprimento, com variação de até 15 cm.





COR(ES): amarelo, branco ou azul.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem plástica individual de fábrica, com identificação do material.

Unidade: PEÇA

Quantidade: 71

ITEM 15 CORDÃO DE MANOBRA ("PATCH CORD") CATEGORIA 6 COM 3 METROS

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

CARACTERÍSTICA(S):

- "patch cord" metálico UTP categoria 6, confeccionado e testado em fábrica;
- diâmetro nominal de cada condutor entre 22 AWG e 24 AWG;
- atendimento às especificações das normas ABNT NBR 14565, ISO/IEC 11801 e ANSI/TIA-568-C.2 e seus adendos;
- com impedância característica de 100 ohms, com tolerância de mais ou menos 15%;
- deverá possuir classe de flamabilidade LSZH ("low smoke zero halogen");
- deverá ter conectores RJ-45 em ambas as pontas com 8 vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 micrômetros de níquel e de 1,27 micrômetro de ouro;
- deverá ser apresentado catálogo contendo o número do modelo do produto e os resultados de testes das principais características em transmissões de altas velocidades (valores típicos) de atenuação (dB/100 m), NEXT (dB) e perda de retorno - RL (dB) para frequências na faixa de 100 MHz a 250 MHz;
- padrão de montagem T568-A;
- na capa externa do cabo deverão constar, no mínimo, as seguintes informações impressas: marca, categoria, certificado Anatel e indicativo da classe de flamabilidade.

MATERIAL(IS): corpo do conector em termoplástico transparente não propagante à chama UL94V-0.

MEDIDA(S): 3 m de comprimento, com variação de até 15 cm.

COR(ES): amarelo, branco ou azul.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo

ACONDICIONAMENTO: embalagem plástica individual de fábrica, com identificação do material.

Unidade: PEÇA

Quantidade: 215

ITEM 16 CABO DE FIBRA ÓPTICA MULTIMODO 6 VIAS - PARTICIPAÇÃO ABERTA - VINCULADO AO ITEM 17

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

CARACTERÍSTICA(S):

- cabo óptico tipo "tight";
- constituído por 6 fibras ópticas multimodo OM2 (50/125 micrômetros);
- com revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em material polimérico colorido;





- cobertas por uma capa externa em polímero especial para uso interno;
- ambiente de operação: instalação em eletrodutos e caixas de passagem;
- que trabalhe na janela de 850 nm ou 1300 nm;
- com designação CFOI-MM-EO-XX (onde XX indica a quantidade de vias do cabo);
- possuir impresso na capa externa do cabo o nome do fabricante, a designação do cabo e a gravação sequencial métrica;
- possuir classe de flamabilidade LSZH ("low smoke zero halogen");
- com núcleo protegido contra penetração de umidade;
- que atenda aos requisitos da norma ANSI/TIA-568-C.3 e seus adendos;
- deve apresentar atenuação máxima de 3,5 dB/km para a janela de 850 nm e 1,5 dB/km para a de 1300 nm.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: em bobinas de, no mínimo, 2000m, sem emendas.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

Unidade: METRO

Quantidade: 7.500

ITEM 17 CABO DE FIBRA ÓPTICA MULTIMODO 6 VIAS - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - VINCULADO AO ITEM 16

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

CARACTERÍSTICA(S):

- cabo óptico tipo "tight";
- constituído por 6 fibras ópticas multimodo OM2 (50/125 micrômetros);
- com revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em material polimérico colorido;
- cobertas por uma capa externa em polímero especial para uso interno;
- ambiente de operação: instalação em eletrodutos e caixas de passagem;
- que trabalhe na janela de 850 nm ou 1300 nm;
- com designação CFOI-MM-EO-XX (onde XX indica a quantidade de vias do cabo);
- possuir impresso na capa externa do cabo o nome do fabricante, a designação do cabo e a gravação sequencial métrica;
- possuir classe de flamabilidade LSZH ("low smoke zero halogen");
- com núcleo protegido contra penetração de umidade;
- que atenda aos requisitos da norma ANSI/TIA-568-C.3 e seus adendos;
- deve apresentar atenuação máxima de 3,5 dB/km para a janela de 850 nm e 1,5 dB/km para a de 1300 nm.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: em bobinas de, no mínimo, 2000m, sem emendas.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

Unidade: METRO

Quantidade: 2.500

ITEM 18 TERMINADOR ÓPTICO PARA 6 FIBRAS MULTIMODO

APLICAÇÃO: para utilização em sistemas de telecomunicações.

DESCRIÇÃO:





- terminador óptico para acomodar e proteger as emendas ópticas;
- com capacidade para até 6 fibras ópticas;
- deve ser fornecido com o kit de fixação;
- entradas de cabos protegidas por borracha tampão;
- deve ser fornecido com as extensões ópticas Multimodo (MM) conectorizadas e adaptadores tipo LC/UPC;
- a caixa deve ser em chapa de aço ou alumínio;
- tampa para fechamento em aço SAE de, no mínimo, 0,9 mm.

ACESSÓRIO(S): todos os necessários para a proteção e acomodação das fusões de transição entre o cabo óptico e as extensões ópticas; 6 protetores termorretráteis.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material.

Unidade: PEÇA

Quantidade: 143

ITEM 19 CAIXA METÁLICA PARA EQUIPAMENTOS EM AMBIENTE EXTERNO 600 MM X 400 MM X 200 MM - PARTICIPAÇÃO ABERTA - VINCULADO AO ITEM 20

APLICAÇÃO: para abrigar equipamentos em área externa 600 mm x 400 mm x 200 mm (altura x largura x profundidade).

CARACTERÍSTICA(S):

- de sobrepôr com porta cega, chapa em aço inox espessura mínima de 1,9 mm (chapa 14).
- fecho com chaves de segredos iguais para todas as unidades, cada unidade com duas chaves de forma que as chaves só saiam depois de fechada a porta.
- IP 65.
- chassi interno liso na cor laranja em pintura eletrostática base em poliéster a pó.
- acabamento externo em pintura eletrostática a pó, base da resina em poliéster texturizado na cor cinza RAL 7035.
- a parte superior do quadro deverá contemplar vinco com ponto mais alto no centro, e inclinação de 10% até as bordas.
- na parte frontal, a parte superior do quadro deverá ser prolongada de forma a evitar excessiva exposição ao tempo na vedação da parte superior.
- a fixação ao poste deverá se dar por peças específicas fixadas de modo a manter a classificação IP 65 do conjunto.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do material.

OBSERVAÇÃO(ÕES): projeto conforme arquivo constante do Título 6 deste anexo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica e/ou adequada, com identificação e quantidade do material.

Unidade: PEÇA

Quantidade: 81





ITEM 20 CAIXA METÁLICA PARA EQUIPAMENTOS EM AMBIENTE EXTERNO 600 MM X 400 MM X 200 MM – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP – VINCULADO AO ITEM 19

APLICAÇÃO: para abrigar equipamentos em área externa 600 mm x 400 mm x 200 mm (altura x largura x profundidade).

CARACTERÍSTICA(S):

- de sobrepor com porta cega, chapa em aço inox espessura mínima de 1,9 mm (chapa 14).
- fecho com chaves de segredos iguais para todas as unidades, cada unidade com duas chaves de forma que as chaves só saiam depois de fechada a porta.
- IP 65.
- chassi interno liso na cor laranja em pintura eletrostática base em poliéster a pó.
- acabamento externo em pintura eletrostática a pó, base da resina em poliéster texturizado na cor cinza RAL 7035.
- a parte superior do quadro deverá contemplar vinco com ponto mais alto no centro, e inclinação de 10% até as bordas.
- na parte frontal, a parte superior do quadro deverá ser prolongada de forma a evitar excessiva exposição ao tempo na vedação da parte superior.
- a fixação ao poste deverá se dar por peças específicas fixadas de modo a manter a classificação IP 65 do conjunto.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do material.

OBSERVAÇÃO(ÕES): projeto conforme arquivo constante do Título 6 deste anexo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica e/ou adequada, com identificação e quantidade do material.

Unidade: PEÇA

Quantidade: 27

ITEM 21 DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS - DPS, UNIPOLAR, TIPO PLUG-IN, COMPLETO (BASE+MÓDULO)

CARACTERÍSTICA(S):

- tecnologia com utilização de varistor de óxido de zinco;
- modular tipo "plug in"; classe II;
- composição de base fixa mais refil móvel;
- sinalização verde para serviço e vermelha para defeito;
- sinalização remota;
- fixação em trilho padrão DIN;
- atendimento às normas IEC 61643-1 e ABNT NBR 5410: 2008.

CORRENTE NOMINAL: corrente nominal de descarga de 20 kA; corrente máxima de descarga de 45 kA.

TENSÃO: máxima de operação de 275 V.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica e/ou adequada, com identificação e quantidade do material.

Unidade: PEÇA

Quantidade: 108





ITEM 22 MONITOR DE VÍDEO PARA CFTV

MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA: CHRISTIE/FHD492-XB FULL HD; LG/47LV35A-3B; PHILIPS BDL4830QL LED FULL HD

CARACTERÍSTICA(S):

- monitor de vídeo LCD ou LED;
- tela com diagonal entre 46 a 50 polegadas;
- resolução de 1920x1080 (Full HD); ângulo de visão horizontal e vertical de 178°;
- bordas externas à tela de no máximo 20 mm (vinte milímetros), medidos em cada borda;
- brilho máximo de pelo menos 350 cd/m² (trezentos e cinquenta candelas por metro quadrado);
- mínimo de 1 entrada HDMI e 1 entrada DVI;
- monitoramento remoto via Ethernet (ligar/desligar, ajustes de tela e fonte de sinal, diagnóstico);
- conexão à rede Ethernet por meio de conector RJ-45;
- fonte de alimentação interna; controle remoto.

TENSÃO: 220 V, 60 Hz; o conector de alimentação deve ser compatível com tomada padrão NBR 14136 ou deve ser fornecido adaptador.

GARANTIA MÍNIMA: 12 meses, contados da data do recebimento definitivo.

ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, em material reciclável, com identificação e quantidade do material.

Unidade: UNIDADE

Quantidade: 8

ITEM 23 RACK PADRÃO 19 POLEGADAS TIPO COLUNA

CARACTERÍSTICA(S):

- Rack aberto tipo coluna, padrão 19", com fixação pelo piso com 4 (quatro) parafusos;
- espaço vertical interno de 44 U;
- base soleira;
- colunas com furação para porca gaiola;
- organizadores de cabos vertical duplo, com porta removível e abertura por pressão;
- organizador de cabos superior;
- altura máxima, com a guia horizontal superior, de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros);
- largura máxima, com guias verticais montadas, de 900 mm (novecentos milímetros);
- profundidade máxima, de 600 mm (seiscentos milímetros);
- com furos laterais que permitam a instalação de vários racks, um ao lado do outro, formando uma coluna contínua;
- com fechamento das portas das guias verticais por meio de fechos magnéticos;
- base reforçada em chapa de, no mínimo, 2,0 mm (dois milímetros) de espessura;
- o restante das chapas utilizadas na construção do rack com bitolas de, no mínimo, 1,5 mm (um e meio milímetro);
- pintura em epóxi texturizada, cor preta;





- com uma guia horizontal na parte superior com área útil mínima de 22.500 mm² (vinte e dois mil e quinhentos milímetros quadrados), para permitir a passagem dos patch cords (cabos de passagem) no próprio rack ou entre racks;
 - com guias verticais em cada lateral, com acesso frontal e traseiro, fabricadas em chapa de aço ou em ABS antichama com base metálica;
 - a área útil total nas guias verticais de cada lateral, deverá ser, no mínimo, de 32.000 mm² (trinta e dois mil milímetros quadrados);
 - com kit de fixação;
 - deverá ser produto de prateleira, constante em catálogo, fornecido sem adequações ou adaptações específicas para atender a esta especificação;
- GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.
Unidade: UNIDADE
Quantidade: 2

3. DAS MARCAS

3.1. Marcas de Referência

3.1.1. Para fins de especificação adequada do objeto, foram indicadas marcas *meramente referenciais*, com exceção do disposto no subitem 3.2.1 deste Título.

3.1.2. As marcas de referência indicadas nas especificações têm caráter meramente indicativo, exemplificativo, podendo ser aceita qualquer outra que atenda integralmente às especificações técnicas do objeto.

3.2. Exigência de Marca

3.2.1. As marcas e os modelos indicados nas especificações dos Itens 1 a 5 do objeto são aqueles que devem, necessariamente, ser oferecidos pela licitante, sob pena de desclassificação da proposta quanto ao grupo ofertado.

4. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

4.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocada pelo Pregoeiro a apresentar amostra(s) do objeto ofertado, conforme as seguintes regras:

4.1.1. O prazo para apresentação da(s) amostra(s) será de 10 (dez) dias, contados de sua intimação pelo Pregoeiro.

4.1.1.1. Poderá ser concedida prorrogação do prazo previsto neste subitem 4.1.1, por igual período, a critério do Pregoeiro, quando requerida pela licitante dentro do prazo originalmente estabelecido, mediante apresentação de justificativa.

4.1.2. **Não se exigirá apresentação de amostra para os produtos ofertados para os Itens 1 a 5 do objeto.**

4.1.3. O local de entrega da(s) amostra(s) será comunicado por meio do sistema eletrônico.

4.1.4. A(s) amostra(s) deverá(ão) conter identificação da licitante e indicação do item do objeto para o qual foi(ram) solicitada(s) a(s) amostra(s), a modalidade e o número da licitação.





4.1.5. A(s) amostra(s) aprovada(s) poderá(ão) ser considerada(s) como unidade entregue e será(ão) utilizada(s) como parâmetro de qualidade na ocasião do fornecimento.

4.1.5.1. Para que a(s) amostra(s) aprovada(s) seja(m) considerada(s) como unidade(s) entregue(s), o(s) equipamento(s)/material(is) apresentado(s) deverá(ão) ser novo(s) e para primeiro uso e deverá(ão) atender a todas as exigências constantes deste Edital.

4.1.5.2. A(s) amostra(s) aprovada(s), não considerada(s) como unidade(s) entregue(s), ficará(ão) à disposição da Câmara dos Deputados, para fins de comparação com o(s) equipamento(s)/material(is) efetivamente entregue(s).

4.1.5.3. Nesse caso, a Contratada deverá retirar a(s) amostra(s) aprovada(s) em até quinze dias, após o recebimento definitivo da totalidade do objeto.

4.1.6. Será(ão) rejeitada(s) a(s) amostra(s) que estiver(em) em desacordo com as disposições deste Edital.

4.1.7. A(s) amostra(s) não aceita(s) deverá(ão) ser retirada(s) pela licitante no prazo de quinze dias, contados da adjudicação.

4.1.8. A Câmara dos Deputados poderá dar a destinação que julgar conveniente à(s) amostra(s) não retirada(s) em conformidade com as disposições deste Título.

4.1.9. Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) que, convocada(s) pelo Pregoeiro a apresentar amostra, não o fizer no prazo fixado ou cuja(s) amostra(s) for(em) reprovada(s).

4.1.9.1. A não apresentação de amostra após convocação sujeitará a(s) licitante(s) às sanções cabíveis.

4.1.10. Serão informadas a data e a hora em que se fará a comunicação, pelo sistema eletrônico, da conformidade da(s) amostra(s) apresentada(s) pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar com as especificações técnicas descritas no objeto da presente licitação.

4.1.11. A(s) amostra(s) recebida(s) ficará(ão) disponível(is) para verificação na Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço da Comissão citado na página 1, até a data da adjudicação.

5. DO PRAZO DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL

5.1. Para os Itens 1 a 5 do objeto: o prazo de entrega, instalação e realização do treinamento técnico-operacional será o constante da proposta da Contratada, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

5.1.1. Demais condições de entrega, instalação e realização do treinamento técnico-operacional, conforme disposto no Anexo n. 5 (Minuta do Contrato).

5.2. Para os demais itens do objeto: o prazo de entrega será o constante da proposta da Contratada, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do Contrato.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

5.2.1. Demais condições de entrega, conforme disposto nos Anexos nºs. 5 e 6 (Minutas do Contrato).

6. DO PROJETO

- 6.1. Integra este Edital, o seguinte arquivo: Projeto Caixa Metálica.pdf.
- 6.2. Cópia do conjunto do arquivo relacionado neste Título está disponível nos sítios eletrônicos indicados a seguir:
<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>. e
www.gov.br/compras/pt-br/.

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro





ANEXO N. 2
DA CONTRATAÇÃO

1. DOS CONTRATOS

1.1. Os Contratos, cujos termos constam dos Anexos n^{os}. 5 e 6, deverão ser assinado pela(s) Adjudicatária(s) do presente Pregão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da sua notificação.

1.1.1. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.

1.2. Para a assinatura do Contrato, a Adjudicatária indicará à Câmara dos Deputados, o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao Órgão Responsável pela fiscalização do Contrato, juntamente com os números de telefone e o e-mail que serão utilizados para contato.

1.2.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável.

1.3. Com relação ao Grupo 1 do objeto, a Contratada deverá prestar garantia contratual, nos termos constantes do Anexo n. 5 (Minuta do Contrato).

1.4. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta vencedora, integrarão o Contrato, como se nele estivessem transcritos.

1.5. Caso a Adjudicatária convocada não assine os Contratos no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital, a Câmara dos Deputados reserva-se o direito de convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em conformidade com a proposta desta, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, e assim sucessivamente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro





ANEXO N. 3
MODELO DA PROPOSTA COMPLETA

(Anexo disponível também em documento WORD (.doc), para edição.)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 24/22

OBJETO: Aquisição e instalação de câmeras, incluindo treinamento técnico-operacional e garantia de funcionamento pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, e aquisição de equipamentos para infraestrutura de circuito fechado de televisão, tais como conversores de mídia, distribuidores ópticos, cordões de manobra, cabos de fibra ótica, terminadores óptico e monitores de vídeo.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

À
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em atendimento ao Edital do Pregão à epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
GRUPO 1 (Itens 1 a 6)	CÂMERAS E TREINAMENTO						
1	CÂMERA IP PTZ SPEED DOME DE USO EXTERNO (com acessórios)	PELCO	SPECTRA ENHANCED 7 LOW LIGHT S7230L-EW1	U	13		
2	CÂMERA IP BULLET EXTERNA DE 3MP (com acessórios)	PELCO	NEXT GENERATION SARIX IBE SERIES ENVIRONMENTA L BULLET IBE338-1ER	U	127		
3	CÂMERA IP 360 GRAUS DE USO EXTERNO (com acessórios)	PELCO	OPTERA IMM SERIES WITH SUREVISION 2.0 IMM12036- 1EP	U	3		
4	CÂMERA IP MINIDOME INTERNA DE 3MP (com acessórios)	PELCO	SARIX ENHANCED INDOOR DOME IME338-1IRS	U	64		





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
5	CÂMERA IP FISHEYE INTERNA DE 5MP (com acessórios)	PELCO	EVO-05LID	U	3		
6	TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL PARA EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO			SV	1		
PREÇO TOTAL DO GRUPO 1 (R\$)							
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
GRUPO 2 (Itens 7 a 8)	CONVERSOR DE MÍDIA CHASSI E BASTIDOR						
7	CONVERSOR DE MÍDIA PARA CHASSI (com acessórios)			U	143		
8	BASTIDOR COM CONVERSORES DE MÍDIA			U	16		
PREÇO TOTAL DO GRUPO 2 (R\$)							
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
GRUPO 3 (Itens 9 a 11)	DISTRIBUIDORES ÓPTICOS						
9	DISTRIBUIDOR ÓPTICO 12 FIBRAS			U	4		
10	DISTRIBUIDOR ÓPTICO 24 FIBRAS			U	4		
11	DISTRIBUIDOR ÓPTICO 48 FIBRAS			U	5		
PREÇO TOTAL DO GRUPO 3 (R\$)							
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
ITENS NÃO AGRUPADOS							
12	CONVERSOR DE MÍDIA PoE - PARTICIPAÇÃO ABERTA - VINCULADO AO ITEM 13 (com acessórios)			U	108		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
13	CONVERSOR DE MÍDIA PoE - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - VINCULADO AO ITEM 12 (com acessórios)			U	35		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
14	CORDÃO DE MANOBRA ("PATCH CORD") CATEGORIA 6 COM 1,5 M			PÇ	71		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
15	CORDÃO DE MANOBRA ("PATCH CORD") CATEGORIA 6 COM 3 METROS			PÇ	215		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
16	CABO DE FIBRA ÓPTICA MULTIMODO 6 VIAS - PARTICIPAÇÃO ABERTA - VINCULADO AO ITEM 17			M	7.500		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
17	CABO DE FIBRA ÓPTICA MULTIMODO 6 VIAS - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - VINCULADO AO ITEM 16			M	2.500		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
18	TERMINADOR ÓPTICO PARA 6 FIBRAS MULTIMODO (com acessórios)			PÇ	143		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
19	CAIXA METÁLICA PARA EQUIPAMENTOS EM AMBIENTE EXTERNO 600 MM X 400 MM X 200 MM - PARTICIPAÇÃO ABERTA - VINCULADO AO ITEM 20			PÇ	81		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
20	CAIXA METÁLICA PARA EQUIPAMENTOS EM AMBIENTE EXTERNO 600 MM X 400 MM X 200 MM - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - VINCULADO AO ITEM 19			PÇ	27		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
21	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS - DPS, UNIPOLAR, TIPO PLUG-IN, COMPLETO (BASE+MÓDULO)			PÇ	108		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
22	MONITOR DE VÍDEO PARA CFTV			U	8		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							
23	RACK PADRÃO 19 POLEGADAS TIPO COLUNA			U	2		
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:							

Declaramos que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Anexo n. 1 e às condições de execução dos serviços descritas no Anexo n. 5 do Edital, às quais aderimos formalmente.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Título 10 do Edital).

PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO: CONFORME O DISPOSTO NO ANEXO N. 1 DO EDITAL.

PRAZO DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA O GRUPO 1 DO OBJETO: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Anexo n. 1 do Edital).

PRAZO DE ENTREGA PARA OS DEMAIS ITENS DO OBJETO: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Anexo n. 1 do Edital).

Declaramos que os equipamentos ofertados, caso necessário, receberão atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante.

Declaramos que disponibilizaremos equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.

Declaramos que informaremos os preços unitários dos equipamentos, das peças e dos demais componentes que integram o objeto da licitação sempre que solicitado pela Câmara dos Deputados, para fins de registro patrimonial.

Declaramos que seremos responsáveis pelo descarte ambientalmente responsável de qualquer resíduo referente ao material objeto desta licitação – incluindo consumíveis, peças usadas, embalagens – e temos conhecimento da legislação ambiental sobre o descarte de materiais, em especial a Lei n. 9.605, de 1998 e a Lei n. 12.305, de 2010, além da NBR 10.004.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

PARA OS ITENS 14 A 17 DO OBJETO DA LICITAÇÃO,
É OBRIGATÓRIA A COMPROVAÇÃO A QUE SE REFERE O SUBITEM 4.7.3 DO TÍTULO 4 DO
EDITAL.

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
Nome do signatário	
Cargo	
Qualificação (naturalidade e domicílio)	
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do contrato.	

Brasília, de de 2022.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

ANEXO N. 4
ORÇAMENTO ESTIMADO

O ORÇAMENTO ESTIMADO SERÁ DIVULGADO APÓS O ENCERRAMENTO DO ENVIO DE LANCES.

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

ANEXO N. 5
MINUTA DO CONTRATO
(GRUPO 1 DO OBJETO)

Processo n. _____ **Pregão Eletrônico:** _____
Contrato n. _____

OBJETO

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: CÂMARA DOS DEPUTADOS		
CNPJ/MF: 00.530.352/0001-59		
Endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N. EDIFÍCIO ANEXO I 13º ANDAR		
Cidade: BRASÍLIA	UF: DF	CEP: 70160-900
Nome do Responsável:		
Cargo/Função:		

CONTRATADA:

Denominação/Nome por extenso:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Nome do Representante Legal:		
Cargo		

DADOS DO CONTRATO

Data da Proposta	Data de assinatura	Data de vigência
Preço:		Valor da garantia:

Nota(s) de Empenho:

As partes, acima identificadas, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da licitação acima referenciada e seus Anexos, daqui por diante denominado EDITAL, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.





1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a **aquisição e instalação de câmeras, incluindo treinamento técnico-operacional e garantia de funcionamento pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL e nas demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 24/22 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 24/22;
- c) Proposta da CONTRATADA.

2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

3.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5660 – Administração Legislativa - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
- Natureza da Despesa:
 - 4.0.00.00 – Despesas de Capital
 - 4.4.00.00 – Investimentos
 - 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 - 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5660 - Capacitação de Recursos Humanos - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
- Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E INSTALAÇÃO (ITENS 1 A 5 DO OBJETO)

5.1. O prazo de entrega e instalação será o constante da proposta da CONTRATADA, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura deste Contrato.

5.2. Local de entrega: Centro de Gestão de Armazenamento de Materiais – CEAM/SIA, situado no SIA Trecho 5, Lotes 20/60 - Setor de Indústria e Abastecimento, em Brasília-DF - CEP 71205-050. Telefone para contato: (61) 3216-8409.

5.2.1. Os locais de instalação serão definidos pela CONTRATANTE.

5.3. Dia/Horário: Em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h.

5.4. É da responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.

5.5. O material (nacional ou importado) deve ser entregue contendo no rótulo todas as informações sobre ele, em língua portuguesa.

5.6. Caso o objeto ofertado seja importado, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

6. DO TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL (ITEM 6 DO OBJETO)

6.1. A CONTRATADA deverá concluir, dentro do prazo de entrega e instalação a que se refere o item 5.1 deste Contrato, o treinamento técnico-operacional.

6.2. O treinamento deverá ser iniciado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos materiais, após agendamento pelo Órgão Responsável.

6.3. O treinamento deverá consistir em:

- a) treinamento técnico, sendo abordados, no mínimo: aspectos de instalação da câmera e do sistema de pan-tilt; da configuração da câmera e do sistema de pan-tilt; da identificação e resolução de problemas; da manutenção básica dos equipamentos e primeiro atendimento no caso de problemas de funcionamento;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

b) treinamento operacional, sendo abordados, no mínimo: aspectos da operação e do ajuste de parâmetros de vídeo da câmera; da operação, ajuste de parâmetros de velocidade, configuração e utilização de presets do sistema de pan-tilt.

6.4. O treinamento deverá ser feito em língua portuguesa e deverá ser ministrado por funcionário da CONTRATANTE ou do próprio fabricante com conhecimento específico dos equipamentos e de suas funcionalidades.

6.5. CARGA HORÁRIA

6.5.1. O treinamento técnico deverá possuir carga horária mínima de 8 (oito) horas/aula e deverá ser ministrado para 5 (cinco) pessoas, em turma única.

6.5.2. O treinamento operacional deverá possuir carga horária mínima de 8 (oito) horas/aula e deverá ser ministrado para 10 (dez) pessoas, divididas em duas turmas.

6.6. LOCAL DE REALIZAÇÃO

6.6.1. O treinamento será realizado nas dependências da CONTRATANTE, em Brasília-DF.

6.6.2. As instalações para a realização do treinamento serão de responsabilidade da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA indicar preliminarmente quais os recursos logísticos e audiovisuais se farão necessários.

6.7. O(s) instrutor(es) deverá(ão) ser habilitados pelos fabricantes do equipamento, ou por agentes expressamente autorizados pelo fabricante a ministrar o treinamento técnico-operacional, devendo para tanto possuir conhecimento tanto de instalação, configuração, operação e resolução de problemas.

6.8. A CONTRATADA deverá, ao término da instalação da solução, apresentar documento que comprove que o(s) instrutor(es) indicados pela licitante é/são habilitado(s) pelo fabricante do equipamento a ser fornecido, ou por agentes expressamente autorizados pelo(s) fabricante(s) a ministrar o treinamento técnico-operacional.

6.8.1. O treinamento deverá ter início apenas com a comprovação da habilitação do(s) instrutor(es).

6.9. Caso o treinamento seja considerado insatisfatório, o Órgão Responsável poderá exigir através de manifestação formal a sua repetição ou reforço nos tópicos que foram julgados insuficientes, inclusive com substituição do instrutor.

6.10. A CONTRATADA deverá informar ao Órgão Responsável, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do treinamento, o(s) nome(s) e número(s) de identificação do(s) responsável(is) pelo treinamento para autorização de entrada nas dependências da CONTRATANTE.

6.11. A CONTRATADA deverá fornecer todo o material didático necessário, como apostilas, livros, lápis, caneta e bloco de anotações.

6.12. O instrutor será avaliado ao final do curso pelos treinandos.





- 6.12.1. A avaliação do treinamento e do instrutor será feita conforme a seguir:
- o treinamento, ou parte dele, deverá ser repetido caso a nota obtida na avaliação seja inferior a 5 (cinco) pontos em pelo menos 70% (setenta por cento) das avaliações dos treinandos. O Órgão Responsável definirá o conteúdo e a carga horária a serem repetidos;
 - caso a média da avaliação do instrutor seja inferior a 5 (cinco) pontos em pelo menos 70% (setenta por cento) das avaliações dos treinandos, o instrutor deverá ser substituído;
 - adotar-se-á a seguinte fórmula para a pontuação média, segundo o questionário:
 - Pontuação = (média da avaliação do instrutor) + 2x (média da avaliação do curso)/3;
 - Média de avaliação do instrutor = (somatório das pontuações)/4;
 - Média de avaliação do curso = (somatório das pontuações)/4.
 - Será aplicado ao final do curso de capacitação o seguinte formulário:

Questionário de Avaliação de Curso

Curso: _____

Período: _____

Instrutor(es): _____

Participantes: _____

Marque com "X" a nota que melhor representa cada item avaliado.

Considere a ordem crescente em seu grau de satisfação.

Sobre o Instrutor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Segurança e domínio do conteúdo										
Clareza na exposição de ideias										
Capacidade de planejar e utilizar o tempo										
Condução lógica do programa										

Sobre o Curso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conteúdo										
Carga horária										
Material didático										
Grau de aprendizado										





7. DA GARANTIA DE FUNCIONAMENTO (ITENS 1 A 5 DO OBJETO)

7.1. Os equipamentos relacionados nos Itens 1 a 5 do objeto terão garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo.

7.2. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, a CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência técnica, sob demanda, independentemente de ser ou não a fabricante, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

7.2.1. Os serviços de assistência técnica consistem na série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e demais componentes em seu perfeito estado de funcionamento, bem como substituir todas as peças que apresentarem defeitos de fabricação ou divergências com as especificações técnicas, a expensas da CONTRATADA.

7.2.2. A CONTRATADA deverá utilizar componentes e peças de reposição novos, originais e para primeiro uso, autorizados pelo fabricante.

7.3. As solicitações referentes à garantia de funcionamento serão encaminhadas pelo Órgão Responsável, à CONTRATADA, por e-mail.

7.3.1. A confirmação do recebimento da solicitação pela CONTRATADA deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.

7.3.2. Uma vez recebida solicitação de reparo ou substituição de equipamento, a CONTRATADA deverá fornecer ao Órgão Responsável, por meio eletrônico, os dados da pessoa indicada para realizar a tarefa.

7.3.3. Os custos para devolução do equipamento à CONTRATANTE, após o reparo, também serão arcados pela CONTRATADA.

7.3.4. É de responsabilidade da CONTRATANTE a desinstalação dos equipamentos defeituosos e a sua posterior reinstalação, após a devolução.

7.4. A CONTRATADA deverá reparar os equipamento(s) que apresentar(em) defeito durante o período de garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da confirmação do recebimento da solicitação feita pelo Órgão Responsável.

7.4.1. O prazo previsto neste item poderá ser ampliado em casos críticos e excepcionais, devidamente justificados pela CONTRATADA, com autorização formal do Órgão Responsável.

7.5. Faculta-se à CONTRATADA substituir, temporariamente, por até 30 (trinta) dias, equipamento defeituoso por outro de mesma característica técnica, quando então, a partir do funcionamento do equipamento substituto, ficará suspensa a contagem do prazo de reparo.

7.6. Reserva-se a CONTRATANTE o direito de exigir, durante o período de garantia, em comunicação por escrito à CONTRATADA, a substituição de equipamento defeituoso por outro novo e para primeiro uso, de marca e modelo iguais ou atualizados ao originalmente ofertado, desde que atendidos todos os requisitos técnicos previstos no EDITAL.





7.6.1. A referida substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da confirmação do recebimento da solicitação, nos seguintes casos:

- a) findo o dobro do prazo estabelecido para reparo, sem que este tenha sido realizado pela CONTRATADA e atestado pelo Órgão Responsável;
- b) comprovada inviabilidade técnica de reparo do equipamento;
- c) se o equipamento apresentar o mesmo defeito após ser reparado pela terceira vez, em um período de 90 (noventa) dias, e mediante emissão de relatório de situação pelo Órgão Responsável, comprovando que o equipamento não está funcionando a contento.

7.6.2. Confirmada a necessidade de substituição de equipamento, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento de mesma característica técnica do original, mantendo os serviços operacionais, até a entrega do equipamento definitivo.

7.6.3. Havendo impossibilidade de substituição por equipamento de marca e modelo iguais ao originalmente fornecido, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser admitida a substituição por outro cujas características técnicas sejam similares ou superiores às do equipamento substituído, no prazo estabelecido no subitem 7.6.1 deste Título.

7.6.4. A substituição a que se refere este subitem será admitida a critério da CONTRATANTE, após prévia avaliação técnica quanto às condições de uso e compatibilidade do equipamento ofertado em relação àquele a ser substituído.

7.7. Os prazos estabelecidos no item 7.4 e no subitem 7.6.1 deste Título incluem todos os procedimentos necessários, tais como a retirada, o transporte, o reparo ou a substituição e a devolução ou a entrega do(s) equipamento(s) à CONTRATANTE.

7.8. Caso haja necessidade de retirada de equipamentos, peças ou componentes das dependências da CONTRATANTE para reparo ou substituição, será necessária autorização de saída emitida pela Coordenação de Patrimônio do Departamento de Material e Patrimônio, a ser concedida ao funcionário da CONTRATADA, formalmente identificado.

7.8.1. A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada de equipamentos, peças ou componentes, será solicitada pelo Órgão Responsável.

7.8.2. A CONTRATADA ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de equipamento, peça ou componente retirado(a) das dependências da CONTRATANTE para reparo.

7.9. A garantia de funcionamento inclui, ainda, todas as atualizações disponíveis para o software do equipamento, caso aplicável.

7.10. A CONTRATANTE poderá efetuar a configuração, desconexão e conexão dos equipamentos a outros, bem como adicionar componentes compatíveis





tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia previstas neste Contrato, facultado o acompanhamento de tais atividades pela CONTRATADA.

8. DO RECEBIMENTO

8.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

8.2. A CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da conclusão do treinamento técnico-operacional.

9. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

9.1. Considera-se órgão responsável pela gestão deste Contrato o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA LEGISLATIVA da CONTRATANTE, localizado no Edifício Anexo III, subsolo, Ala A, Sala 23 que, por meio da SEÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no EDITAL e neste Contrato, observado o disposto neste Título.

10.2. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.3. Além do estatuído no EDITAL e neste Contrato, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares do Órgão Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos prédios administrativos da CONTRATANTE.

10.4. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

10.5. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

10.6. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos neste Contrato.

10.7. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

10.8. A CONTRATADA deverá atender às disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.





10.9. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

10.10. A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao Órgão Responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até dois dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.

10.11. A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

10.12. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no momento da licitação.

10.13. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.13.1. A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada neste Título, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

10.14. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

10.15. Os equipamentos ofertados deverão contar com o atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante, caso seja necessário.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O objeto aceito definitivamente pela CONTRATANTE será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável.

11.1.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

11.2. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite definitivo do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

11.2.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE





encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

11.3. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998 e Lei n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

11.4. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

11.5. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

12.2. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE na entrega e/ou instalação do objeto e/ou realização do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

treinamento técnico-operacional, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor do objeto entregue e/ou instalado com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

12.3. Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha entregado e/ou instalado o objeto e/ou realizado o treinamento técnico-operacional, além da multa prevista, poderá, a critério da Câmara, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

12.4. A CONTRATADA será também considerada em atraso se entregar e/ou instalar o objeto e/ou realizar o treinamento técnico-operacional em desacordo com as especificações e não o substituir e/ou não refazer a instalação e/ou o treinamento técnico-operacional dentro do período remanescente do prazo de entrega e instalação fixado na proposta.

12.5. Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto não entregue e/ou não instalado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

12.6. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

12.7. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no item anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:





INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor unitário do equipamento)
1. DEIXAR DE:	
1.1. Reparar equipamento que apresentar defeito, na forma do disposto no <u>item 7.4</u> deste Contrato, por equipamento e por dia de atraso	0,5%
1.2. Utilizar componentes e peças originais, novos e para primeiro uso, autorizados pelo fabricante, por peça ou componente	3,0%
1.3. Substituir equipamento, na forma do disposto no <u>item 7.6</u> deste Contrato, por equipamento e por dia de atraso	0,5%
1.4. Cumprir exigência ou obrigação contratual, ou legal, ou incorrer em qualquer outra falta para a qual não se previu multa diversa, por ocorrência	3,0%
2. Remover equipamento, peça ou componente das dependências da Contratante sem expressa autorização do Departamento de Material e Patrimônio, por equipamento, peça ou componente	5,0%

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, de acordo com o artigo 56 da LEI, correspondente ao artigo 93 do REGULAMENTO, observando o disposto neste Título.

13.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

13.3. A garantia será prestada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da entrega da via do contrato e só poderá ser levantada, após o término do prazo da vigência contratual, observado o disposto no item 13.4 deste Título.

13.3.1. Poderão ser consideradas como a data de entrega:

- a) em caso de contrato assinado fisicamente: a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou a data da retirada do instrumento *in loco*;





b) em caso de contrato assinado eletronicamente: a data do envio, por e-mail, do instrumento assinado por ambas as partes.

13.3.2. Não serão aceitas minutas de garantias.

13.3.3. A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser apresentada na Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo I, 13º andar, sala 1308.

13.4. A vigência da garantia deverá corresponder ao prazo contratual acrescido de, pelo menos, 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

13.4.1. Não serão aceitas garantias concedidas de forma proporcional ao seu prazo de validade.

13.4.2. Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil.

13.4.3. A CONTRATADA ficará obrigada a prorrogar a vigência da garantia apresentada sempre que a vigência contratual ultrapassar a data estimada na ocasião de sua assinatura, observado o prazo disposto no item 13.3 deste Título, considerando a via do aditivo contratual.

13.4.4. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada à nova situação, ainda que retroativamente.

13.5. Apresentada a garantia contratual e existindo qualquer pendência que impeça o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para regularizá-la ou substituí-la, sendo-lhe assinalado o prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação, que poderá ser realizada por e-mail.

13.5.1. Recebida a garantia para reexame e remanescendo a necessidade de ajuste, a CONTRATADA será novamente comunicada, sendo-lhe assinalado o prazo cabal de 5 (cinco) dias para sanear a(s) pendência(s), contado da data da notificação.

13.5.2. Ultimadas as medidas constantes deste item 13.5 sem que a garantia esteja em plenas condições de ser aceita definitivamente, serão tomadas as providências para a aplicação de sanções à CONTRATADA, de acordo com as regras previstas no EDITAL e neste Contrato.

13.6. Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

13.7. A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o exigido no EDITAL e neste Contrato, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do disposto no item 13.6 deste Título.

13.7.1. No caso de acréscimo contratual, a base de cálculo para a aplicação de multa corresponderá ao montante incrementado ao valor da garantia anterior.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

13.8. A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da entrega da via do contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do Sicafe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral do contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no item 13.7 deste Título.

13.9. O disposto no item 13.7 deste Título aplicar-se-á também nos casos dispostos nos subitens 13.4.3 e 13.4.4 e no item 13.10 deste Título.

13.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, durante a vigência contratual, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da notificação.

13.11. No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL e neste Contrato.

13.12. Em caso de apresentação de seguro-garantia, é vedada a inclusão e/ou supressão de dispositivos nas condições gerais e especiais nele previstas que diverjam da redação original do anexo referente ao Seguro Garantia – Segurado Setor Público da Circular SUSEP n. 477, de 30 de setembro de 2013, ou norma que vier a substituí-la.

13.12.1. O seguro-garantia deve ser emitido por seguradora em situação regular na Superintendência de Seguros Privados.

13.12.2. No instrumento do seguro-garantia a Câmara dos Deputados deverá constar como beneficiária do seguro.

13.12.3. É vedada a inclusão de cláusulas particulares no seguro-garantia, salvo permissão expressa da Câmara dos Deputados, que poderá ocorrer em momento posterior ao efetivo recolhimento da garantia, mediante consulta da Contratada.

13.13. Quando se tratar de depósito caucionado, a garantia deverá observar o disposto no Decreto-Lei n. 1.737, de 1979 e orientação do SIAFI, que determinam devam ser as garantias prestadas em dinheiro, nas licitações públicas, depositadas na Caixa Econômica Federal (CEF).

13.14. No caso de garantia apresentada na modalidade de fiança bancária, deverá constar do documento renúncia expressa aos benefícios da ordem previstos no artigo 827 da Lei n. 10.406, de 2002 (Código Civil).

13.14.1. A garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.

13.15. Se a garantia for prestada em títulos da dívida pública, a aceitação será condicionada à emissão sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.





13.16. A garantia contratual será devolvida de acordo com o disposto na Ordem de Serviço n. 02, de 2013 da Diretoria-Geral da CONTRATANTE, conforme a seguir:

13.16.1. O Departamento de Material e Patrimônio, de ofício ou por solicitação da Contratada e, após concluídas as diligências necessárias, proporá à autoridade competente a devolução da garantia contratual.

13.16.2. Autorizada a devolução, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade preparará o expediente necessário à entrega da garantia e solicitará o comparecimento da CONTRATADA para a retirada dos documentos.

13.17. As garantias não retiradas pela CONTRATADA, independentemente do disposto nos subitens 13.16.1 e 13.16.2 deste Título, terão o seguinte tratamento:

13.17.1. A garantia prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança-bancária será arquivada no processo de origem do respectivo contrato após 120 (cento e vinte) dias do término da sua vigência.

13.17.2. A garantia prestada na modalidade caução em dinheiro, após 5 (cinco) anos do término de sua vigência, será transferida para o Fundo Rotativo da CONTRATANTE, após notificação prévia da CONTRATADA, mediante edital publicado no Diário Oficial da União.

13.17.3. A garantia prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública, na forma escritural, transcorridos 120 (cento e vinte) dias do término da vigência e desde que haja manifestação favorável do Departamento de Material e Patrimônio, poderá ser desvinculada do contrato administrativo pela instituição financeira que a mantém em custódia.

13.18. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes de questões referentes à garantia contratual.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às disposições constantes do Anexo n. 7 ao EDITAL.

15. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

15.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o término do prazo de garantia, conforme datas definidas na Folha de Rosto, observado o seguinte:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

ETAPAS	PRAZOS
Assinatura	Início da vigência
Entrega e Instalação <i>(Incluindo a realização do treinamento técnico-operacional)</i>	60 dias
Recebimento Definitivo	30 dias
Garantia e Suporte Técnico	Mínimo de 36 meses
TOTAL	Aproximadamente 40 meses

15.2. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, de de 2022.

Pela CONTRATANTE:
Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral

Pela CONTRATADA:
(nome)
(cargo)

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

ANEXO N. 6
MINUTA DO CONTRATO
(DEMAIS ITENS DO OBJETO)

Processo n. _____ **Pregão Eletrônico:** _____
Contrato n. _____

OBJETO

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: CÂMARA DOS DEPUTADOS		
CNPJ/MF: 00.530.352/0001-59		
Endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N. EDIFÍCIO ANEXO I 13º ANDAR		
Cidade: BRASÍLIA	UF: DF	CEP: 70160-900
Nome do Responsável:		
Cargo/Função:		

CONTRATADA:

Denominação/Nome por extenso:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Nome do Representante Legal:		
Cargo		

DADOS DO CONTRATO

Data da Proposta	Data de assinatura	Data de vigência
------------------	--------------------	------------------

Preço:

Nota(s) de Empenho:

As partes, acima identificadas, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da licitação acima referenciada e seus Anexos, daqui por diante denominado EDITAL, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.





1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a **aquisição de equipamentos para infraestrutura de circuito fechado de televisão, tais como conversores de mídia, distribuidores ópticos, cordões de manobra, cabos de fibra ótica, terminadores óptico e monitores de vídeo**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL e nas demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 24/22 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 24/22;
- c) Proposta da CONTRATADA.

2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

3.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5660 – Administração Legislativa - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
- Natureza da Despesa:
 - 4.0.00.00 – Despesas de Capital
 - 4.4.00.00 – Investimentos
 - 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 - 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente





- 4.0.00.00 – Despesas de Capital
- 4.4.00.00 – Investimentos
- 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
- 4.4.90.30 – Material de Consumo

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 5.1. O prazo de entrega será o constante da proposta da CONTRATADA, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura deste Contrato.
- 5.2. Local de entrega: Centro de Gestão de Armazenamento de Materiais – CEAM/SIA, situado no SIA Trecho 5, Lotes 20/60 - Setor de Indústria e Abastecimento, em Brasília-DF - CEP 71205-050. Telefone para contato: (61) 3216-8409.
- 5.3. Dia/Horário: Em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h.
- 5.4. É da responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.
- 5.5. O material (nacional ou importado) deve ser entregue contendo no rótulo todas as informações sobre ele, em língua portuguesa.
- 5.6. Caso o objeto ofertado seja importado, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

6. DO RECEBIMENTO

- 6.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.
- 6.2. A CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega dos materiais.

7. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

- 7.1. Considera-se órgão responsável pela gestão deste Contrato o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA LEGISLATIVA da CONTRATANTE, localizado no Edifício Anexo III, subsolo, Ala A, Sala 23 que, por meio da SEÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A CONTRATADA deverá:
- a) cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

- b) responder pelos danos causados diretamente à Câmara dos Deputados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento e/ou na instalação do objeto;
- c) respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Câmara dos Deputados;
- d) reparar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, as partes ou componentes do objeto entregue que, durante o período de garantia, venham apresentar vícios que tornem o material impróprio ou inadequado ao uso ou consumo a que se destina, nos termos do artigo 18, §1º, do Código de Defesa do Consumidor;
 - d.1) não sendo o vício sanado no prazo estabelecido na alínea anterior, o fornecedor deverá substituir o produto impróprio para o uso ou defeituoso, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, nos termos do artigo 18, §1º, I, do Código de Defesa do Consumidor.

8.2. Os equipamentos ofertados deverão contar com o atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante, caso seja necessário.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O objeto aceito definitivamente pela CONTRATANTE será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável.

9.1.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

9.2. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite definitivo do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

9.2.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{100} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$





365

365

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

9.3. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998 e Lei n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

9.4. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

9.5. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

10.2. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE na entrega do objeto, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor do objeto entregue com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%





DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

10.3. Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha entregado o objeto, além da multa prevista, poderá, a critério da Câmara, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

10.4. A CONTRATADA será também considerada em atraso se entregar o objeto em desacordo com as especificações e não o substituir dentro do período remanescente do prazo de entrega fixado na proposta.

10.5. Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto não entregue, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

10.6. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

11. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às disposições constantes do Anexo n. 7 ao EDITAL.

12. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato terá vigência de 6 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, conforme datas definidas na Folha de Rosto.

12.2. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, de de 2022.

Pela CONTRATANTE:

Celso de Barros Correia Neto

Diretor-Geral

Pela CONTRATADA:

(nome)

(cargo)

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Daniel de Souza Andrade

Pregoeiro





ANEXO N. 7
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e os padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às seguintes disposições:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á exclusivamente de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei n. 13.709, de 2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do **CONTRATO**, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Agência Nacional de Proteção de Dados;
- b) A **CONTRATADA** compromete-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público, devendo observar requisitos e práticas de segurança da informação para garantir a confidencialidade dos dados pessoais, inclusive no seu armazenamento, transmissão ou compartilhamento;
- c) Caso seja necessário coletar dados pessoais não abrangidos pelo item 1 e não previamente informados pela **CONTRATANTE**, indispensáveis para o atendimento de eventual demanda específica decorrente do **CONTRATO**, a coleta deverá ser realizada mediante a prévia autorização do Encarregado de Proteção de Dados da Câmara dos Deputados, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção do consentimento dos titulares;
- d) Nas hipóteses em que a **CONTRATADA** (operadora), por força de suas atividades, tenha que repassar dados pessoais para tratamento de outra empresa/entidade (suboperadora), obtidos em razão deste contrato, deve obter autorização formal da **CONTRATANTE**, responsabilizando-se ambas (operadora e suboperadora) de forma solidária, na forma do art. 42, §1º, I da Lei n. 13.709, de 2018;
- e) As partes devem permitir aos titulares o acesso aos seus respectivos dados pessoais, bem como a promover alterações e cancelamentos e conceder informações quanto ao tratamento, quando solicitado expressamente;
- f) Não ocorrerá transferência da propriedade ou controle dos dados pessoais pela **CONTRATADA**, sendo que os dados eventualmente gerados, obtidos ou coletados na execução contratual serão de propriedade dos respectivos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

titulares, sendo vedado o compartilhamento ou comercialização de quaisquer elementos de dados, produtos ou subprodutos que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais;

- g) As partes não fornecerão ou compartilharão, em qualquer hipótese, dados pessoais sensíveis de seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros, salvo se expressamente solicitado por uma parte à outra, caso o objeto do **CONTRATO** justifique o recebimento de tais dados pessoais sensíveis, estritamente para fins de atendimento de legislação aplicável;
- h) As partes informarão e instruirão os seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros sobre o tratamento dos dados pessoais, observando todas as condições deste Termo, nunca cedendo ou divulgando tais dados a terceiros, salvo se expressamente autorizado pelo titular, por força de lei ou por determinação judicial; e garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais, mantendo controle rigoroso de acesso;
- i) A **CONTRATADA** deve monitorar sua própria conformidade, de colaboradores, de prestadores de serviços e/ou de terceiros, com relação à proteção de dados pessoais, devendo apresentar relatórios sempre que solicitado pela **CONTRATANTE** com informações como o “status” dos sistemas de processamento de dados pessoais, as medidas de segurança, o tempo de inatividade registrado das medidas técnicas de segurança, a conformidade estabelecida com as medidas organizacionais, eventuais violações de dados e/ou incidentes de segurança, as ameaças percebidas à segurança e aos dados pessoais e as melhorias exigidas e/ou recomendadas;
- j) A **CONTRATANTE**, ou representantes por ela indicados, poderá acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade das obrigações de proteção de dados pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição de responsabilidade da **CONTRATADA**, podendo, ainda, notificar e fornecer informações, para atendimento em 48 (quarenta e oito) horas, sobre qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais ou contratuais relativas à proteção de dados pessoais, de qualquer violação de segurança ou de exposições/ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados pessoais, ou em período menor, se necessário, para atender a qualquer ordem judicial, de autoridade pública ou de regulador competente;
- k) A **CONTRATADA** corrigirá, completará, excluirá e/ou bloqueará os dados pessoais, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, devendo, ainda, comunicar sobre reclamações e solicitações dos titulares de dados pessoais;
- l) A **CONTRATADA** manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como implementará medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação, transferência, difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente utilizado por ela (seja ele físico ou lógico) seja estruturados de forma a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022

Processo n. 252.638/2018

atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança, aos princípios gerais previstos na Lei n. 13.709, de 2018, e às demais normas regulamentares aplicáveis, para garantir, além da segurança, a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais;

- m) A **CONTRATADA** deve informar à **CONTRATANTE** sobre qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, relacionado ao presente instrumento, em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do momento em que tomou conhecimento, por quaisquer meios, do respectivo incidente;
- n) As partes excluirão, de forma irreversível, os dados pessoais retidos em seus registros, mediante solicitação da outra parte ou dos titulares dos dados, salvo conforme determinado por Lei ou ordem judicial;
- o) Os peticionamentos relacionados ao tratamento de dados serão endereçados à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados para apreciação do Encarregado de Proteção de Dados, através do correio eletrônico dadospessoais@camara.leg.br, e serão atendidos dentro de prazo razoável;
- p) Encerrada a vigência do instrumento contratual ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais coletados no decorrer da execução contratual, bem como daqueles disponibilizados pela **CONTRATANTE**, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal, ou outra hipótese determinada pela Lei n. 13.709, de 2018;
- q) O tratamento dos dados coletados, somente quando autorizado de uma parte à outra, poderão ser conservados pelo período de 5 (cinco) anos após o término do **CONTRATO**, com sua posterior eliminação, sendo autorizada sua conservação nas hipóteses descritas no artigo 16 da Lei n. 13.709, de 2018;
- r) Independentemente do disposto em qualquer outra cláusula deste Termo, a **CONTRATADA** é a única responsável por todo e qualquer dano decorrente do descumprimento da Lei n. 13.709, de 2018, pela **CONTRATADA**, por seus colaboradores, prepostos, subcontratados, parceiros comerciais, empresas afiliadas ou qualquer agente ou terceiro a ela vinculado ou que atue em seu nome;
- s) Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei n. 13.709, de 2018;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 24/2022
Processo n. 252.638/2018

- t) Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Termo.

Brasília, 16 de março de 2022.

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro

